

O Justo que por graça declara justos os injustificáveis

Hermisten Maia Pereira da Costa¹

RESUMO

O presente artigo descreve a relevância da doutrina da justificação pela graça mediante a fé. Demonstra a total incapacidade humana de se salvar, de se apresentar por si mesma como justa diante do Deus santo. Enfatiza a santidade, justiça e graça de Deus que, em Cristo, o Filho Amado do Pai, se entrega em favor do seu povo, providenciando a salvação para todos os que nele creem, declarando-os justos por meio da fé, os quais, nesta nova condição, e valendo-se dos recursos fornecidos por Deus, crescem em uma vida de obediência a ele.

Palavras-chave: Justiça. Justificação. Perdão. Fé salvífica. Santificação.

¹ O autor é graduado em Teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul (SPS), Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM/SP) e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). É especialista em Educação, Didática do Ensino Superior, Administração com ênfase em Recursos Humanos e Estudos de Problemas Brasileiros (UPM/SP) e em História pela FAI; é mestre e doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Ensina em diversos Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, no Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM/SP); além disso, é professor visitante em escolas de Teologia no Brasil e no exterior. Tem centenas de artigos publicados e algumas dezenas de livros. E-mail: hermisten@terra.com.br.

1 INTRODUÇÃO

A justificação pela fé [...] é um fato, não um sentimento. É um estado legal atribuído a nós por Deus, que simplesmente *declara* ser assim, significando que fomos perdoados e não somos culpados. A justificação nada tem a que ver com uma mudança dentro de nós, mas com uma mudança feita totalmente fora de nós. (EDGAR, 2000, p. 129).

O Evangelho demonstra como um Deus justo pode justificar aos pecadores crentes. (PACKER, 1994, p. 128).

2 O HOMEM PERANTE DEUS

A doutrina da justificação pela graça mediante a fé é o ponto capital onde se fundamenta a fé cristã e, conseqüentemente, a nossa relação com Deus.² Ela é a “artéria da graça” (KUYPER, 2010, p. 329), de onde fluem os demais privilégios da vida cristã. Devemos deixar claro que o fundamento de nossa justificação não é a fé, mas a justiça de Cristo que é imputada a nós pela fé.³ Diante da santidade e majestade de Deus, quem, em sã consciência, honesta e sensatamente, ousaria se considerar justo? E mais: o Deus santo não pode ter comunhão com um pecador? (WATSON, 2009, p. 266).

O salmista, já sabendo a resposta, pergunta: “Se observares (שָׁמַר) (shamar), SENHOR, iniquidades, quem, Senhor, subsistirá?” (Sl 130.3). Ele não se ilude. Sabe que o escrutínio de Deus é perfeito. Quem passaria ileso? Quem pode dizer diante de Deus que não tem pecado? Davi suplica: “Não entres em juízo com o teu servo, porque à tua vista não há justo nenhum vivente” (Sl 143.2). E Elifaz indaga: “Seria, porventura, o mortal justo diante de Deus? Seria, acaso, o homem puro diante do seu Criador? Eis que Deus não confia nos seus servos (anjos)⁴ e aos seus anjos atribui imperfeições”⁵ (Jó 4.17-18).

O “*observar*” (שָׁמַר) (shamar) de Deus (Sl 130.3), tem o sentido aqui de “*observar diligentemente*”, “*verdadeiramente atentar*”, “*prestar muita atenção em*”; uma rígida e judiciosa

²Veja-se: CALVINO, 1989, III.11.1. Turretini (v. 2, p. 757) diz que ela é “[...] a principal plataforma da religião cristã”. “A doutrina da justificação pela graça é o âmago da fé cristã” (FERREIRA; MYATT, 2007, p. 812). “[...] é a própria estrutura e o pilar do cristianismo. Um erro sobre a justificação é algo perigoso, como um defeito em uma fundação. A justificação dada por Cristo e a fonte da água da vida” (WATSON, 2009, p. 264).

³“A fé não é a base da justificação; se o fosse, a fé tornar-se-ia uma obra meritória. [...] De acordo com Paulo, não é sobre a nossa fé, mas sobre a retidão de Cristo, que a nossa justificação está alicerçada” (PACKER, 1994, p. 130,131). Veja-se: BAVINCK, 2012, v. 4, p. 217ss.; p. 225.

⁴Aqui não indica o pecado dos anjos; antes, que Deus realiza as suas próprias tarefas essenciais.

⁵BJ: “Verbera o erro”; ACR: “Atribui loucura”. “O significado da palavra traduzida *imperfeições* no v. 18b, que ocorre somente aqui, é totalmente desconhecido, e tem dado origem a muitas conjecturas e emendas” (ANDERSON, 1994, p. 112).

observação das faltas com o objetivo de prestar contas, como em Jó: “Se eu pecar, tu me observas (שָׁמַרְתָּ) (shamar);⁶ e da minha iniquidade não me perdoarás” (Jó 10.14).⁷

Esta é a situação do homem finito diante do Deus infinito: a sua grandeza e senso de perfeição e de justiça são como nada diante do Deus santo e perfeito. A grandeza de Deus revela a pequenez de nossas perspectivas. Moisés escreve: “Diante de ti puseste as nossas iniquidades e, sob a luz do teu rosto, os nossos pecados ocultos” (Sl 90.8). Davi, consciente dos limites do seu próprio julgamento, escreve: “Quem há que possa discernir (בֵּינַי) (biyn) as próprias faltas (שְׂגִיאוֹתַי) (shegiy'ah)(= erros)? Absolve-me das que me são ocultas” (Sl 19.12).

A palavra *faltas* (שְׂגִיאוֹתַי) (shegiy'ah) está geralmente associada aos pecados cometidos inconscientemente. Daí a dificuldade de discernir tais faltas. Entretanto, a suposta ignorância não inocenta o infrator. O não ter percebido o sinal indicativo de contramão em determinada rua não invalida a possibilidade da multa caso seja flagrado.

O conhecimento da Palavra dá-nos maior sensibilidade espiritual. Por isso mesmo, temos maior consciência de nossos pecados e, ao mesmo tempo, sabemos das limitações do tribunal de nossa consciência. A minha consciência é um elemento importante em meu progresso espiritual, ainda que não seja o tribunal definitivo.⁸ No entanto, Deus nos conhece perfeitamente. Ele tem o perfeito discernimento do que somos e pensamos.

O salmista sabe que é pecador, ainda que por vezes involuntariamente. Tem consciência de que Deus o conhece perfeitamente. No entanto, sabe que o seu Deus, além de onisciente, é um Deus santo cujo padrão é a sua perfeita santidade.

Os nossos pecados sempre são uma afronta à santidade de Deus. Eles precisam ser expiados. Contudo, como fazê-lo adequada e completamente se sou pecador e a minha dívida parece aumentar sempre? Davi, consciente disso roga o perdão de Deus: “Absolve-me (נָקַחְתָּ) (naqah) (= tornar isento, ficar livre) das que me são ocultas (סָתַרְתָּ) (sathar)” (Sl 19.12). Ele re-

⁶Vejam-se: AUSTEL, 1998, p. 1585-1587; SCHOVILLE, 2011, v. 4, p. 181-183.

⁷Do mesmo modo: “Ainda que eu seja justo, a minha boca me condenará; embora seja eu íntegro, ele me terá por culpado” (Jó 9.20). “[...] observas (rm;v') (shamar) todos os meus caminhos e traças limites à planta dos meus pés” (Jó 13.27).

⁸“A consciência não é um tribunal celestial, porém é o mais elevado tribunal terreno, pois é o sistema de alerta da alma” (MACARTHUR, 2010, p. 70).

corre a Deus porque somente ele pode perdoar nossas faltas.⁹

Como então, Deus pode nos considerar justos, sendo ele santo? Como pode o homem pecador tornar-se justo aos olhos de Deus? Deus diminuiu o seu padrão legal? Calvino (1509-1564) (1989, III.12.2) apresenta a resposta:

Lemos que *justificado diante de Deus é aquele* que, ao juízo de Deus, não só é considerado justo, mas que também foi aceito em razão de sua justiça, porque, como a iniquidade é abominável à vista de Deus, assim o pecador não pode achar graça a seus olhos, na qualidade de pecador e por quanto tempo for tido como tal. Conseqüentemente, onde quer que haja pecado, aí também se manifesta a ira e vingança de Deus. Portanto, justificado é *aquele* que não é tido na conta de pecador, mas de justo, e por esse título se posta firme diante do tribunal de Deus, onde todos os pecadores se prostram abatidos. Da mesma forma, se um inocente acusado for levado perante o tribunal de um juiz imparcial, depois de ser julgado segundo sua inocência, se diz que foi *justificado* diante do juiz; assim é justificado diante de Deus *aquele* que, excluído do número dos pecadores, tem a Deus por testemunha e arauto de sua justiça. [...] Será *justificado pela fé* aquele que, excluído da justiça das obras, apreende pela fé a justiça de Cristo, revestido da qual aparece perante Deus não como pecador, mas, pelo contrário, como justo. Portanto, interpretamos a justificação simplesmente *como a aceitação mercê da qual, recebidos à sua graça, Deus nos tem por justos*. E dizemos que ela consiste na remissão dos pecados e na imputação da justiça de Cristo.

Portanto, não podemos baratear o perdão de Deus. Devemos nos lembrar de que o perdão gratuito de Deus custou o preciso sangue de seu Filho.

Perdoar significa considerar o devedor como se não houvesse ofendido em nada. Não imputar-lhe nenhuma dívida. Após o perdão, o devedor deixou de ser um devedor, ou mesmo, um devedor perdoado, para ser apenas uma pessoa, sem maiores adjetivos. Tanto a ofensa como o perdão já não contam mais. Com o perdão de Deus o nosso relacionamento com ele é restabelecido. O perdão de Deus, longe de minimizar o pecado e a sua gravidade, antes, realça a misericórdia de Deus.¹⁰

A Palavra de Deus nos diz que todos pecaram (Rm 3.23). Por outro lado, temos no Novo Testamento a declaração explícita que vale para todas as épocas que em Cristo Jesus so-

⁹ O verbo está no piel. Neste modo, sempre Deus é o sujeito da ação. (Veja-se: FISHER; WALTKE, 1998, p. 998).

¹⁰ “Eu, eu mesmo, sou o que apago as tuas transgressões por amor de mim, e dos teus pecados não me lembro” (Is 43.25). “Desfaço as tuas transgressões como a névoa, e os teus pecados como a nuvem; torna-te para mim, porque eu te remi” (Is 44.22). “Quem, ó Deus, é semelhante a ti, que perdoas a iniquidade, e te esqueces da transgressão do restante da tua herança? O Senhor não retém a sua ira para sempre, porque tem prazer na misericórdia. Tornará a ter compaixão de nós; pisará aos pés as nossas iniquidades, e lançará todos os nossos pecados nas profundezas do mar” (Mq 7.18-19). “.... Perdoarei as suas iniquidades, e dos seus pecados jamais me lembrarei” (Jr 31.34). (Vejam-se: Is 55.7; Jr 5.1; 33.8; Ez 36.25).

mos justificados, sendo perdoados de todos os nossos pecados.¹¹

O perdão é um favor de Deus, uma prerrogativa sua, não algo a que temos direito por nossos merecimentos. Daniel, diz: “Ao Senhor, nosso Deus, pertence a misericórdia e o perdão...” (Dn 9.9). No Novo Testamento, Paulo estabelece um contraste entre a “graça” e as “obras”: “E, se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça” (Rm 11.6). “Méritos humanos estão excluídos de todo o plano da salvação” (PLUMER, 1978, p. 1125). Deus [...] é rico em perdoar” (Is 55.7). Portanto, “Bem-aventurado o homem a quem o SENHOR não atribui iniquidade e em cujo espírito não há dolo” (Sl 32.2).

Detalhemos o nosso assunto.

3 JUSTO É O SENHOR

Você não é avaliado por Deus de acordo com o que é, mas você é o que Deus diz que você é. (KUYPER, 2010, p. 380).

Deus é essencial, absoluta e perfeitamente justo em si mesmo e em todas as suas relações. O seu padrão é a justiça. O seu juízo é justo (Sl 45.7/Hb 1.8-9).

Há um hino composto no século XIX, embasado no Salmo 145.17-18, que diz assim:

Justo é o Senhor em seus santos caminhos,
Benigno em todas as suas obras. (bis)
Perto está o Senhor, perto está dos que o invocam,
De todos os que o invocam
Em verdade. Aleluia! Aleluia!¹²

Na justiça de Deus vemos estampada a sua glória. Portanto, voltamos à questão inicial: Quem poderia se considerar justo por si mesmo diante de Deus? “¹⁴ Que é o homem, para que seja puro? E o que nasce de mulher, para ser justo? ¹⁵ Eis que Deus não confia nem nos seus santos; nem os céus são puros aos seus olhos, ¹⁶ quanto menos o homem, que é abominável e

¹¹ “Se Deus perdoasse o pecado sem contudo ministrar sua justiça, deixaria de ser Deus. A maravilha deste plano é que Deus, ao colocar os nossos pecados sobre Cristo e ao tratar deles punindo-os em Cristo, pode perdoar-nos e ainda ser justo. Ele puniu o pecado, não o esqueceu, não o ignorou” (LLOYD-JONES, 2005, p. 53).

¹² Composição original para coro feita por Lowell Mason (1792-1872), adaptada em 1974 pela professora e soprano Atenilde Cunha (1931-2009?). Extraído no Hinário Presbiteriano, *Novo Cântico*, nº 1, *Doxologia*.

corrupto, que bebe a iniquidade como a água!” (Jó 15.14-16).¹³

A natureza santa de Deus é a lei a partir da qual todas as demais leis devem ser avaliadas. O padrão da justiça de Deus é-nos revelado nas Escrituras (Veja-se: BERKHOF, 1990, p. 77-78). A retidão de Deus é consoante à sua justiça. A justiça é a manifestação do caráter essencialmente santo de Deus. Deus é justo em todos os seus atos, não se desviando de seu próprio padrão que é decorrente de sua santidade. A prática da *justiça*, que pode ser chamada de *retidão*, significa agir conforme o caráter de Deus, aquele que é justo absolutamente. Deus é o próprio padrão: "...Deus é fidelidade, e não há nele injustiça: é reto e justo (צַדִּיק;) (tsadiyq)" (Dt 32.4). "Justo (צַדִּיק) (tsadiyq) é o SENHOR em todos os seus caminhos, benigno em todas as suas obras" (Sl 145.17).

O trono do Senhor está fundamentado em sua própria natureza santa, verdadeira e justa, é deste modo que ele governa: "Justiça (צֶדֶק) (tsedeq) e direito são o fundamento do teu trono, graça e verdade te precedem" (Sl 89.14). Justamente por este fato, devemos confiantemente nos aquietar e nos alegrar no conforto de suas promessas e louvá-lo. Afinal, o fundamento do seu trono permanece inabalável. "Reina o SENHOR. Regozije-se a terra, alegrem-se as muitas ilhas. Nuvens e escuridão o rodeiam, justiça (צֶדֶק) (tsedeq) e juízo são a base do seu trono" (Sl 97.1-2).

4 JESUS CRISTO, O JUSTO JUSTIFICADOR DOS HUMANAMENTE INJUSTIFICÁVEIS

Qual é o seu único conforto na vida e na morte?"

R.: O meu único conforto é que - corpo e alma, tanto na vida como na morte - não pertenço a mim mesmo, mas a meu fiel Salvador, Jesus Cristo, que, com o seu próprio sangue, pagou totalmente por todos os meus pecados e me libertou completamente do poder do diabo (*Catecismo de Heidelberg* [1563], Perg. 1).

É necessário que entendamos que a doutrina da justificação não é uma fraude, como se Deus considerasse justo o que não é justo, fazendo vista grossa à condição humana de pecado

¹³“Não há ninguém que com maior descaro se atreva a falar da justiça das obras do que quem publicamente não passa de perdido e está carregado de pecados de todos conhecidos, ou, melhor, por dentro estão cheios de vícios e maus intentos. Isso acontece porque não cogitam da justiça de Deus, pela qual se fossem afetados sequer de um mínimo sentimento, nunca a teriam em tão grande desconsideração. De fato, na verdade *ela* é desmedidamente desvalorizada, se não é de tal forma reconhecida que nada dela seja aceito, se nada é íntegro e absolutamente isento de toda mancha, o que jamais se encontrará nem poderá ser encontrado em homem algum” (CALVINO, 1989, III.12.1).

e depravação. Contudo, se não somos justos, como Deus, então, nos declara justos? Nesta doutrina nos deparamos com o absoluto padrão de Deus e a realidade da aplicação de sua justiça. Prossigamos.

O Antigo Testamento refere-se ao Messias que viria como aquele que agiria com justiça. O Novo Testamento atesta a realidade do cumprimento histórico do que fora dito. No Antigo Testamento lemos as profecias messiânicas: "Para que se aumente o seu governo e venha paz sem fim sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, para o estabelecer e o firmar mediante o juízo e a justiça (צִדְקָה) (tsedaqah) desde agora e para sempre. O zelo do Senhor dos exércitos fará isto" (Is 9.7). "Alegra-te muito, ó filha de Sião; exulta, ó filha de Jerusalém: eis aí te vem o teu Rei, justo (צַדִּיק) (tsadiyq) e salvador, humilde, montado em jumento, num jumentinho, cria de jumenta" (Zc 9.9).

No Novo Testamento, na iminência da condenação de Jesus, a mulher de Pilatos, Cláudia Prócula, manda um recado ao seu marido: "[...] Não te envolvas com esse justo (δίκαιος); porque hoje, em sonho, muito sofri por seu respeito" (Mt 27.19). Ao presenciar o modo como morreu nosso Senhor, um centurião, glorificando a Deus, exclamou: "Verdadeiramente, este homem era justo (δίκαιος)" (Lc 23.47).

Após a morte, ressurreição e ascensão de Jesus, Pedro, no seu discurso diante dos judeus, demonstra que eles escolheram libertar um criminoso (Barrabás) ao invés de Jesus Cristo, contra quem não havia acusação real passível de qualquer condenação judicial: "Vós, porém, negastes o Santo e o Justo (δίκαιος), e pedistes que vos concedessem um homicida" (At 3.14). Anos mais tarde, na sua primeira Epístola, Pedro escreveria: "[...] Cristo morreu, uma única vez, pelos pecados, o justo (δίκαιος) pelos injustos (ἄδικος = "ímpio", "desonesto"¹⁴)...." (1Pe 3.18).

As Escrituras nos ensinam que Jesus Cristo, a nossa justiça, é a própria justiça de Deus, e que o seu ministério consistiu em cumprir a obra que o Pai lhe confiara, em favor de todo o seu povo (Jo 17.4). A sua obra foi realizada retamente, em harmonia com o "Conselho da Trindade" (Ef 1.11). Por isso, o escritor da carta aos Hebreus pôde dizer: "Porque não temos

¹⁴ ἄδικος * Mt 5.45; Lc 16.10,11; 18.11; At 24.15; Rm 3.5; 1Co 6.1,9; Hb 6.10; 1Pe 3.18; 2Pe 2.9.

sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, antes foi ele tentado em todas as cousas, à nossa semelhança, mas sem pecado” (Hb 4.15).

John Murray (1898-1974) (1993, p. 19) diz corretamente que:

A única justiça concebível que satisfará as necessidades da nossa situação como pecadores e que satisfará as exigências de uma plena e irrevogável justificação é a justiça de Cristo. Esta afirmação implica a sua obediência e, portanto, a sua encarnação, morte e ressurreição. Em uma palavra, a necessidade da expiação é inerente e essencial à justificação. Uma salvação do pecado que é divorciada da justificação é uma impossibilidade, e a justificação de pecadores sem a justiça divina do Redentor é inconcebível.

A santidade absoluta de Deus se revela na cruz onde o seu amor e a sua justiça se evidenciam de forma eloquente e perfeita.¹⁵ A cruz enfatiza o Deus santo e majestoso, zeloso por sua glória.¹⁶ A cruz não fez Deus nos amar, antes, o Seu amor por nós a produziu e se revelou ali. (LLOYD-JONES, 1997, p. 426).

Enquanto para nós as circunstâncias servem de pretexto para os nossos atos pecaminosos e os posteriores atenuantes, para Deus tais circunstâncias – sobre as quais tem total domínio: ele também é o Senhor das circunstâncias – oportunizam a manifestação do que ele é em sua essência. O pecado não tornou Deus misericordioso, santo ou justo, ele é eternamente misericordioso, santo e justo. No entanto, o pecado propiciou a Deus, por sua livre graça, revelar-se desta forma para conosco.¹⁷ Na cruz vemos a manifestação gloriosa dos atributos de Deus. “A justiça e o amor se encontraram e se abraçaram. Os santos atributos de Deus são glorificados juntamente na morte do Filho de Deus na cruz” (LLOYD-JONES, 2004, p. 222). A nossa dívida foi paga. Nada ficou pendente. Cristo satisfaz, completamente, as santas e justas exigências do Pai. Tudo foi pago pela graça e com justiça. A Trindade nos justifica (At 13.39; Rm 8.30, 33; 1Co 6.11).

¹⁵ “A cruz e a coroa revelam não apenas as virtudes do Filho, mas também do Pai. *Todos* os atributos divinos alcançam plena expressão aqui. Dentre todas elas, uma sobressai: *a justiça do Pai*. Se ele não tivesse sido justo, certamente não teria entregue Seu Filho Unigênito. E também, se não fosse justo, ele não teria recompensado o Filho por seu sofrimento. Mais, por meio dos louvores da multidão salva, o Pai (bem como o Filho) é glorificado” (HENDRIKSEN, 2004, p. 754). “A cruz se levanta como testemunho da infinita dignidade de Deus e o infinito ultraje do pecado” (PIPER, 2003, p. 31).

¹⁶ “A justiça de Deus é o zelo resolutivo pela exaltação de sua glória” (PIPER, 2003, p. 27).

¹⁷ Watson (2009, p. 264) disse que “A justificação é uma misericórdia provinda das entranhas da livre graça”.

5 A CONDENAÇÃO QUE NOS LIBERTA

A justiça de Deus não nos condena porque Deus mesmo nos revestiu com a justiça de Cristo. (Veja-se: BAVINCK, 2012, v. 4, p. 179). Não haveria para nenhum de nós salvação de nossos pecados sem a justificação. Da mesma forma, existe a justificação porque Jesus Cristo é a nossa justiça. É ele mesmo quem nos redime (1Co 1.30). (MURRAY, 1993, p. 19). Como escreveu Lloyd-Jones (1899-1981) (1997, p. 97): “Se lhes fosse solicitado responder onde a Bíblia ensina a santidade de Deus mais poderosamente teriam de ir ao Calvário. Deus é tão santo, tão plenamente santo, que nada senão aquela morte terrível poderia tornar possível que ele nos perdoasse. A cruz é a suprema e a mais sublime declaração e revelação da santidade de Deus”. Na cruz temos a reconciliação do santo com o pecador, do perfeitamente justo com o totalmente injusto, do infinito com o finito. Do Deus eterno com o homem temporal: “A cruz é o centro da história e a reconciliação de todas as antíteses” (BAVINCK, 2001, p. 48). Isaías diz que “Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o SENHOR fez cair sobre ele [Jesus Cristo] a iniquidade de nós todos” (Is 53.6).

De acordo com as Escrituras, ou somos justificados por Cristo por meio da fé, ou estamos definitivamente condenados. A ilusão humana fruto do seu pecado é achar que não tem pecado ou que pode por seus próprios merecimentos apresentar-se diante de Deus.¹⁸ Na realidade, não há meio-termo, não há síntese entre nossas supostas obras e a fé em Cristo. Não há meia-justiça. Ou é tudo ou é nada. Para a Teologia Reformada, a justificação é totalmente pela graça, mediante a fé, ou seja: por Cristo Jesus (CALVINO, 1998b, p. 68-71).

Jesus Cristo é o único que cumpriu perfeitamente a justiça divina. Portanto, somente nele podemos e de fato somos declarados justos. A graça nos justifica na justiça de Cristo. Deste modo, não é a fé que nos justifica, antes, é Deus quem nos justifica em Cristo nos comunicando esta bênção pela fé. Sem a graça não haveria fé. A fé é a boa obra do Espírito Santo em nós. A fé em Cristo é o esvaziamento de toda confiança em nossa capacidade e merecimento. A eficácia da fé não está em sua suposta perfeição – aliás, nossa fé sempre é limitada e imperfeita –, mas, no seu repouso humilde e total na justiça perfeita de Cristo (BEEKE, 2000,

¹⁸ “A ilusão mais perigosa de todas é o farisaísmo. Essa é a verdadeira barreira a Jesus Cristo. Toda a rejeição da graça de Deus toma essa forma. Aqueles que recusam o perdão gratuito de Deus por meio de Cristo fazem assim porque acham que não precisam desse perdão. Eles não admitem que são pecadores. Eles negam que estejam desesperadamente perdidos” (VEITH, JR., 2006, p. 79).

p. 54). “A justiça de Deus não nos condena, mas nos justifica. Somos revestidos da justiça de Cristo” (BAVINCK, 2012, v. 4, p. 179). Deus nos trata, então, como se não houvéssemos pecado. (WATSON, 2009, p. 264).

Não existe justificação sem a pessoa e obra de Cristo (Rm 3.24; Tt 3.7) (HORTON, 2000, p. 105-106; HODGE, 2001, p. 1115). “... mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus” (1Co 6.11). Jesus Cristo cumpriu a Lei. Ele é a nossa justiça: “Mas vós sois dele, em Cristo Jesus, o qual se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção” (1Co 1.30).

O Espírito aplica em nós a justiça de Cristo, por isso, somos declarados justos diante de Deus. “Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles. Contudo, eles não são justificados até que o Espírito Santo, no tempo próprio e de fato, comunica-lhes Cristo”.¹⁹ (Rm 3.4; 4.25; Tt 3.6-7/1Co 6.11). Desse modo, vemos que Deus eternamente decretou nos justificar. Porém, ele o faz no tempo, também por graça, por meio da fé.

6 UM PERDÃO LEGAL: UM NOVO STATUS

A justificação é o fundamento judicial ou forense da santificação (BAVINCK, 2012, v. 4, p. 209; BERKHOF, 1990, p. 540). Na justificação pressupomos uma relação entre duas partes considerando o seu direito. Nessa doutrina temos a regulamentação das relações entre as partes (KUYPER, 2010, p. 371-372). Há uma mudança na nossa condição legal: Deus declara ao homem culpado que já não há mais culpa em nós. Aqui de fato passamos a ter vida.²⁰ Mudamos da situação de um condenado que aguardava tristemente a terrível sentença condenatória para a condição de filho de Deus, na expectativa da sua majestosa herança (Rm 8.14-18). (PACKER, 1980, p. 121). É importante enfatizar que na justificação “Deus não declara que o ímpio é santo. Ele declara que, não obstante sua pecaminosidade e indignidade pessoal, ele é

¹⁹ Confissão de Westminster, XI.4.

²⁰ “Justificação forense significa que somos declarados justos por Deus em um sentido legal. A base dessa declaração legal é a imputação da justiça de Cristo a nosso favor” (SPROUL, 2009, p. 51). Do mesmo modo: SPROUL, 2000, p. 27ss. Veja-se: WHITEFIELD, (s.d.), p. 8.

aceito como justo com base no que Cristo fez por ele”. (HODGE, 2001, p. 1115).²¹ Portanto, como escreveu Calvino: “Quando Deus nos justifica pela intercessão de Cristo, ele nos absolve não pela prova de justiça pessoal, mas pela imputação de justiça, de sorte que somos tidos por justos em Cristo, nós que inerentemente não o somos” (CALVINO, 1989, III.11.3).

A justificação – que ocorre fora de nós – não produz nenhuma transformação espiritual em nosso ser. Todavia, significa que Deus já a fez pela regeneração e continuará fazendo pela santificação.²² Na regeneração, recebemos um coração novo, com uma santa disposição. Na justificação, Deus, Senhor e Rei, nos declara justos, perdando todos os nossos pecados, os quais foram pagos definitivamente por Cristo, por isso, já não há nenhuma condenação sobre nós. Estamos em paz com Deus resultante da justiça de Cristo imputada a nós (Rm 5.1; 8.1,31-33). Dessa maneira, o *Pai decretou* nos justificar por meio dos *méritos de Cristo*, os quais são *aplicados pelo Espírito Santo*. O Senhor, no legítimo uso de seus direitos e prerrogativas, mudou o nosso *status* de condenados para declarados justos.

7 ACOMODAÇÃO INJUSTIFICÁVEL

A justificação é um presente gratuito à parte das obras, mas a graciosa imputação de Deus de sua justiça e o perdão das transgressões não podem ser reais se não forem acompanhadas de santidade. (SHEDD, 2010, p. 28).²³

Eu creio, Senhor, na divina promessa,
Vitórias já tive nas lutas aqui.
Contudo, é mui certo que a gente tropeça;
Por isso, Senhor, eu preciso de ti –²⁴

A justificação eterna e *objetiva*, conforme os propósitos de Deus em Cristo, e a justificação *subjetiva* (BERKHOF, 1990, p. 520-521; BAVINCK, 2012, v. 4, p. 203ss.; 222ss.; KUY-

²¹“A justificação é um ato judicial de Deus, no qual ele declara, com base na justiça de Jesus Cristo, que todas as reivindicações da lei são satisfeitas com vistas ao pecador” (BERKHOF, 1990, p. 517).

²² “Não há justificação sem regeneração, assim como não há regeneração sem justificação” (BOICE, 2011, p. 369).

²³ À frente, enfatiza: “A ausência de boas obras, então, é a prova concreta de que qualquer justificação alegada é imaginária” (SHEDD, 2010, p. 30).

²⁴ Primeira estrofe do Hino “*Necessidade*”, nº 68 do Hinário Presbiteriano *Novo Cântico*. Hino composto pelo pastor metodista, Antônio de Campos Gonçalves (1899-1983) (letra) e Henriqueta Rosa Fernandes Braga (1909-?) (música).

PER, 2010, p. 383-384), recebida pela fé, se consumam em nossa união com Cristo.²⁵ A obra de Cristo envolve ambos aspectos da mesma graça. Esta união se revela e se desenvolve em nossa obediência aos mandamentos de Deus. “A justiça imputada para justificação e a justiça inerente para a santificação devem estar inseparavelmente unidas” (WATSON, 2009, p. 266).

Não fomos salvos porque Deus se agradou de nossas supostas obras de justiça, do nosso justo modo de viver, antes, ele nos declarou justo, nos perdoadando os nossos pecados, aplicando em nós a justiça de Cristo, nos capacitando a viver em novidade de vida, conforme o nosso novo status. O preço de nossa justificação, gratuita para nós, custou o sangue de Cristo Jesus. A justificação, por envolver a regeneração,²⁶ é uma vocação incondicional à santificação, conforme a vontade de Deus.²⁷

A justificação nos livra da condenação do pecado. Deus chama pecadores, todavia, não deseja que continuem assim, antes, infunde neles a justiça de Cristo, dando-lhes um novo coração, mudando as inclinações de sua alma, habilitando-os a toda boa obra (Ef 2.8-10).²⁸ “Cristo a ninguém justifica, a quem ao mesmo tempo, não santifique” (CALVINO, 1999, III.16.1). Todavia, a realidade do pecado ainda existe em nós. O justificado é simultaneamente justo e pecador (“*Simul justus et peccator*”), conforme expressão de Lutero (1483-1546) (BERKHOUWER, 1952, p. 71ss; SPROUL, 2000, p. 34). Ele é declarado justo por Deus. Aqui não é o ponto final, antes, o início. As evidências de seu novo nascimento vão, gradativamente se tornando mais claras por meio de sua obediência a Deus em santificação.

A nossa justificação é pela graça mediante a fé (Gl 3.11; Fp 3.9; Tt 3.4-7). “...A fé é o instrumento pelo qual o pecador recebe e aplica a si tanto Cristo como sua justiça”.²⁹ O veredicto

²⁵ “A justiça que nos justifica, portanto, não deve ser separada da pessoa de Cristo. Ela não consiste de um dom material ou espiritual que Cristo nos concede fora de si mesmo, ou que nós podemos aceitar e receber sem que aceitemos e recebamos a pessoa de Cristo. Não há possibilidade de se desfrutar dos benefícios de Cristo sem que haja comunhão com a pessoa de Cristo e a comunhão com Cristo invariavelmente traz consigo os benefícios de Cristo. Para ser aceito diante de Deus, para ser livre de toda culpa e punição e para desfrutar da glória de Deus e da vida eterna, nós temos que ter Cristo, não algo dele, mas o próprio Cristo” (BAVINCK, 2001, p. 499).

²⁶ “A regeneração é inseparável de seus efeitos, e um destes efeitos é a fé” (MURRAY, 1993, p. 119).

²⁷ “É certamente verdade que somos justificados em Cristo tão somente pela misericórdia divina, mas é igualmente verdade e correto que todos quantos são justificados são chamados pelo Senhor para que vivam uma vida digna de sua vocação. Portanto, que os crentes aprendam abraçá-lo, não somente para a justificação, mas também para a santificação, assim como ele se nos deu para ambos os propósitos, para que não venham a mutilá-lo com uma fé igualmente mutilada” (CALVINO, 1997, p. 274). Veja-se também: CALVINO, 1998a, p. 63.

²⁸ “A justificação é unicamente pela fé. A santificação não é unicamente pela fé. A totalidade da vida cristã é uma vida de fé, porém na santificação temos que agir, e desenvolver, despir-nos e vestir-nos; como o apóstolo nos diz em todos esses pormenores que nos oferece aqui. (Ef 4)” (LLOYD-JONES, 1995, p. 130).

²⁹ *Catecismo Maior de Westminster*, Pergunta 73. Bavinck (2012, v. 4, p. 224-225), ainda que não de modo convincente, argumenta de forma restritiva quanto à expressão “causa instrumental” atribuída à fé.

de Deus sobre o pecador o considera justo porque ele, pela fé, aceitou a justiça de Cristo. Esta justiça nada tem a ver com obras humanas, antes, é a “justiça de fé”. Se assim não fosse, como já mencionamos, a fé seria por si mesma meritória, sendo a obra sacrificial de Cristo descartada por sua total inutilidade. Como acentua Bavinck (2012, v. 4, p. 214): “A fé não justifica por meio de sua própria essência, nem age por ela mesma ser justa, mas por seu conteúdo, porque é fé em Cristo, que é nossa justiça. Se a fé justificasse por si mesma, o objeto desta fé (isto é, Cristo) perderia totalmente seu valor. Mas a fé que justifica é precisamente a fé que tem Cristo como seu objeto e conteúdo”.

Há um hino antigo muito apreciado nas igrejas, que reflete esta compreensão bíblica, *Firmeza na Fé*,³⁰ cuja primeira estrofe e coro, dizem assim:

Somente ponho a minha fé
Na graça excelsa de Jesus,
No sacrifício remidor,
No sangue do bom Redentor.

*A minha fé e o meu amor
Estão firmados no Senhor,
Estão firmados no Senhor.*

Por sua vez, deve ser acentuado que a justificação subjetiva marca o nosso novo itinerário de vida selado nossa eleição eterna, rumo à glorificação com o Senhor, vivendo, conforme o propósito de Deus para as boas obras, fruto da fé,³¹ preparadas pelo próprio Deus para o seu povo (Ef 2.10).

A justificação é frutuosa. A graça justificadora jamais é estéril. A justificação implica necessariamente em santificação. A santificação pressupõe essencialmente a justificação. Não usemos dividir o indivisível. A separação dessas duas verdades de nossa salvação propicia cair no equívoco da anomia : declarar que já não há mais lei e que, portanto, não precisamos de santificação visto que, considerados salvos, podemos fazer o que bem entendermos. No entanto, a verdade bíblica é outra: somos declarados justos para vivermos em santidade.³²

³⁰ Hino do pastor e compositor britânico, Edward Mote (1797-1874), traduzido pelo pastor gaúcho, Francisco Caetano Borges da Silva (1863-1963?). A letra utilizada foi extraída do Hinário Presbiteriano *Novo Cântico*, Hino nº 93.

³¹ Vejam-se: *Catecismo de Heidelberg*, p. 86; *Confissão Belga*, Art. 24; *Segunda Confissão Helvética*, XVI.2; *Confissão de Westminster*, XVI.2.

³² “[...] nunca se deve abrir uma lacuna entre a justificação e a santificação. [...] Você não pode, você não deve tentar dividir Cristo. É falsa a doutrina que diz que você pode ser justificado sem ser santificado. É impossível; você é ‘santo’ antes de ser ‘fiel’. Você foi separado. É por isso que você crê. Estas coisas estão entrelaçadas indissolivelmente. Não permita Deus que as separemos ou que as dividamos, jamais!” (LLOYD-JONES, 1996, p. 33).

Queremos deixar claro que a nossa real justificação tem implicações éticas. A santificação é a grande evidência de nossa nova relação com Deus. A nossa justificação nos dá o *status* de filhos. Como tais, salvos para sempre (Ef 1.5,13-14). O desafio para nós hoje é viver em harmonia com a nossa nova natureza e condição, andando, conforme vimos, nas obras preparadas por Deus para nós (Ef 2.8-10).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A doutrina da justificação pela fé como um dos pilares da Reforma,³³ estabelece o caminho bíblico entre sacerdotalismo (fé mais obras), a anomia (justificados na eternidade e, portanto, já salvos pela graça, estamos livres para fazer o que bem entendermos) e o legalismo (salvos pela observância da lei) e o galacianismo (salvos pela graça vivemos pela lei). A visão Reformada aponta para o fato de nossa total incapacidade de nos salvar a nós mesmos. Ao mesmo tempo, enfatiza a livre graça de Deus que providencia a salvação para o seu povo. A salvação, portanto, está condicionada à fé em Cristo Jesus, recebendo os seus merecimentos, sendo transformados por Deus e, deste modo, declarados justos aos olhos dele.³⁴ A justificação descortina diante de nós o caminho da glorificação. O Deus que nos justifica é o mesmo que nos glorificará (Rm 8.30). “A justificação é coroada com a glorificação” (WATSON, 2009, p. 265).

Sem a compreensão adequada da doutrina da justificação pela fé, não há Evangelho a ser anunciado.³⁵ Só há Evangelho se de fato houver a Boa Nova da perfeita justiça de Cristo que é-nos imputada pela graça. O Evangelho tem como uma de suas principais características, o anúncio da justificação pela fé.³⁶

A justificação é o ato que faz parte do início de um processo que se iniciou na eternida-

³³ “A justificação foi a doutrina que acendeu a Reforma” (MACARTHUR, JR., 2000, p. 15).

³⁴ “A visão reformada da justificação forense se fundamenta no princípio de que pela imputação da justiça de Cristo o pecador é agora feito formalmente, mas não materialmente, justo aos olhos de Deus” (SPROUL, 2000, p. 33).

³⁵ “Um entendimento correto sobre a justificação pela fé constitui o fundamento do Evangelho” (MACARTHUR, JR., 2000, p. 24).

³⁶ “As igrejas e denominações que se firmam em sola fide permanecem evangélicas. Aquelas dispostas a ceder nesse ponto inevitavelmente se rendem ao liberalismo, reverterem ao sacerdotalismo ou adotam formas até piores de apostasia. O evangelicalismo histórico, portanto, sempre encarou a justificação pela fé como sendo uma doutrina central – se não aquela doutrina mais importante a ser bem compreendida. Não foge à verdade definir os evangélicos como sendo os que creem na justificação somente pela fé” (MACARTHUR, JR., 2000, p. 11).

de (eleição) e se consumará na eternidade (glorificação). A justificação no tempo é real porque foi estabelecida por Deus na eternidade. (BAVINCK, 2012, v. 4, p. 219). Cristo com o seu próprio sangue reconciliou-nos com Deus, sendo assunto aos céus, como nosso eterno e perfeito Mediador.

*O Grande Amor de Deus.*³⁷

1. A Deus demos glória, por seu grande amor,
O Filho bendito por nós todos deu,
E graça concede ao mais vil pecador,
Abrindo-lhe a porta de entrada no céu.

*Exultai! Exultai! Vinde todos louvar
A Jesus, Salvador, a Jesus, Redentor!
A Deus demos glória, porquanto do céu
Seu Filho bendito por nós todos deu!*

2. Oh, graça real! Foi assim que Jesus,
Morrendo, Seu sangue por nós derramou.
Herança nos céus, com os santos em luz,
Legou-nos Aquele que o preço pagou.

3. Tal prova de amor nos persuade a confiar
Nos merecimentos do Filho de Deus!
E quem, a Jesus, pela fé se entregar,
Vai vê-lo na glória eterna dos céus.
(F.J. Crosby – J. Jones)

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Francis I. *Jó: Introdução e Comentário*. São Paulo: Mundo Cristão/Vida Nova, 1984.

AUSTEL, Hermann J. Shama': In: HARRIS, R. Laird, et. al. (Eds.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998.

BAVINCK, Herman. *Dogmática Reformada*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012, 4v.

BAVINCK, Herman. *Teologia Sistemática*. Santa Bárbara D'Oeste: SOCEP., 2001.

BEEKE, Joel R. Justificação pela Fé Somente (A Relação da Fé com a Justificação): In: MACARTHUR, JR., John F. et. al. *A marca da vitalidade espiritual da igreja: Justificação pela Fé Somente*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, (2000).

BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. Campinas, SP.: Luz para o Caminho, 1990.

³⁷ Hino nº 42 do *Hinário Novo Cântico*, São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991.

BERKOUWER, G.C. *Faith and sanctification*. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1952.

BOICE, James M. *Fundamentos da fé cristã: Um manual de teologia ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2011.

CALVINO, João. *As Institutas da Religião Cristã*. São Paulo/Campinas, SP.: Casa Editora Presbiteriana e Luz para o Caminho, 1985-1989, 4v.

_____. *Efésios*. São Paulo: Paracletos, 1998a.

_____. *Exposição de Romanos*. São Paulo: Paracletos, 1997.

_____. *Gálatas*. São Paulo: Paracletos, 1998b.

EDGAR, William. *Razões do coração: Reconquistando a persuasão cristã*. Brasília, DF.: Refúgio, 2000.

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. *Teologia Sistemática: Uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual*. São Paulo: Vida Nova, 2007.

FISHER, Milton C.; WALTKE, Bruce K. Nãqâ: In: HARRIS, R. Laird, et. al. (Eds.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 998.

HENDRIKSEN, William. *O Evangelho de João*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

HODGE, Charles. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Hagnos Editora, 2001.

HORTON, Michael. União com Cristo. In HORTON, Michael, org., *Cristo o Senhor: A Reforma e o Senhorio da Salvação*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

KUYPER, Abraham. *A Obra do Espírito Santo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

LLOYD-JONES, D.M. *As trevas e a luz*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1995.

LLOYD-JONES, D. M. *Deus o Pai, Deus o Filho*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1997 (Grandes Doutrinas Bíblicas, v. 1).

LLOYD-JONES, D.M. *O supremo propósito de Deus*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1996.

LLOYD-JONES, D.M. *Salvos desde a eternidade*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2005 (Certeza Espiritual: v. 1).

LLOYD-JONES, D.M. *Uma nação sob a ira de Deus: Estudos em Isaías 5*. 2. ed. Rio de Janeiro: Textus, 2004.

MACARTHUR, John. Certezas que impulsionam um ministério duradouro: In: PIPER, John;

TAYLOR, Justin, eds. *Firmes: Um chamado à perseverança dos santos*. São José dos Campos: Editora Fiel, 2010.

MACARTHUR, JR., John F. Muito Antes de Lutero: Jesus e a Doutrina da Justificação: In: MACARTHUR, JR., John F. et. al.. *A Marca da Vitalidade Espiritual da Igreja: Justificação pela Fé Somente*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

MURRAY, John. *Redenção: Consumada e aplicada*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1993.

PACKER, James I. *O conhecimento de Deus*. São Paulo: Mundo Cristão, 1980.

_____. *Vocábulos de Deus*. São José dos Campos, SP.: Fiel, 1994.

PIPER, John. *A supremacia de Deus na pregação*. São Paulo: Shedd Publicações, 2003.

PLUMER, William S. *Psalms*. Carlisle: The Banner of Truth Trust, 1978, (Reprinted).

SCHOVILLE, Keith N. Smr: In: VANGEMEREN, Willem A. (Org.) *Novo Dicionário Internacional de Teologia e Exegese do Antigo Testamento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, v. 4.

SHEDD, Russell P. *A Justificação: A resposta de Deus para uma vida cristã autêntica*. 2. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2010.

SPROUL, R. C.. *A natureza forense da justificação*: In: MACARTHUR, JR., John F. et. al. *A marca da vitalidade espiritual da igreja: Justificação pela fé somente*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

_____. *O que é Teologia Reformada*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

TURRETINI, François. *Compêndio de Teologia Apologética*. São Paulo: Cultura Cristã, 2011, 3v.

VEITH, JR., Gene Edward. *De todo o teu entendimento*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

WATSON, Thomas. *A Fé Cristã: Estudos baseados no breve catecismo de Westminster*. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

WHITEFIELD, George. *Cristo: Sabedoria, justiça, santificação, redenção*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, (s.d.).